



**Provas Especialmente Adequadas Destinadas a Avaliar a Capacidade
para a Frequência dos Cursos Superiores do Instituto Politécnico de
Leiria dos Maiores de 23 Anos - 2010**

**Prova escrita de conhecimentos específicos
de HISTÓRIA**

Instruções gerais

1. A prova é constituída por **seis (6)** grupos de questões, dos quais deve escolher, obrigatoriamente, **quatro (4)**;
2. As questões escolhidas devem ser identificadas de forma clara;
3. A duração da prova é de 2 horas, estando prevista uma tolerância de 30 minutos;
4. Só pode utilizar para elaboração das suas respostas e para efectuar os rascunhos as folhas distribuídas pelo docente vigilante, salvo se previsto outro procedimento;
5. Não utilize qualquer tipo de corrector. Se necessário risque ou peça uma troca de folha;
6. Não é autorizada a utilização de quaisquer ferramentas de natureza electrónica (telemóvel, pda, computador portátil, leitores/gravadores digitais de qualquer natureza ou outros não especificados);
7. Deverá disponibilizar ao docente que está a vigiar a sala, sempre que solicitado, um documento válido de identificação (bilhete de identidade, carta de condução ou passaporte).

Leiria, 5 de Junho de 2010

Grupo I

“[Devemos] distinguir o nível das questões predominantemente dominiais e o dos poderes senhoriais. Entendo por aquelas as que se referem fundamentalmente à exploração económica do domínio e se baseiam na posse da terra, considerada como propriedade do senhor, mesmo quando cede a exploração directa aos colonos. E por estas, as que consignam o exercício dos poderes de chefia, de organização das relações colectivas, de mando ou de arbitragem de conflitos, de redistribuição dos excedentes da produção no seio da comunidade. De facto, há prestações de origem estritamente dominial e outras de origem nitidamente senhorial.”

José Mattoso, *Obras Completas*, vol. 2, *Identificação de um País – Oposição*,
Círculo de Leitores, Lisboa, 2001, p. 71

1.1 Integre a análise do texto de José Mattoso numa caracterização sucinta do senhorialismo medieval português. [5 valores]

Grupo II

“Salientada vem sendo pelos historiadores a importância do acto escrito no exercício do poder régio a partir dos séculos centrais da Idade Média. Correspondendo a uma evolução de fundo das sociedades do tempo, os monarcas tenderam a superar a simples oralidade no relacionamento com os súbditos e a emitir crescentemente actos escritos quando a eles se tinham de dirigir. Daí o progressivo desenvolvimento das *Chancelarias*, órgão preexistente, mas a partir de agora crescentemente solicitado, e conhecendo, entre os demais serviços da corte, uma institucionalização precoce.

(...) A época de D. Afonso II trouxe uma novidade: o aparecimento do primeiro *registo* de *Chancelaria* (...). Esta inovação – precoce em termos europeus – foi importante, pelo que traduziu de vontade de preservação da memória dos actos escritos, que, antes de expedidos, eram registados num livro próprio. Sem sequência no reinado imediato, os registos foram duradouramente retomados com D. Afonso III e D. Dinis.”

Armando Luís de Carvalho Homem, “A corte e o governo central”,
in *Nova História de Portugal*, vol. III, Editorial Presença, Lisboa, 1996, pp. 530-531

2.1 Destaque os mecanismos de centralização do poder régio no período a que se reporta o documento historiográfico. [5 valores]

Grupo III

“A Revolução de 1820 precipitou o processo que pôs fim à sociedade do Antigo Regime, estruturada numa base funcional, em ordens ou estados, e onde cada categoria social tinha um lugar, um estatuto e uma função bem definidos. Rompendo-se com os privilégios e os particularismos em que se apoiava a monarquia de direito divino, os liberais pretenderam criar uma nação de cidadãos, com os mesmos direitos e deveres, tratados de modo idêntico pelo poder político, num contexto de igualdade perante a lei.

Neste sentido, logo após o triunfo da revolução do Porto, tentou dotar-se o País de todo um ordenamento jurídico que instaurasse uma nova organização institucional, económica e política da sociedade portuguesa, de padrão europeu, e que permitisse fornecer à burguesia o seu estatuto de alforria. Criar uma nação moderna, civilizada, era o objectivo prioritário, ou, como declarava Mouzinho da Silveira, «fazer entrar a Nação no grémio da Europa», de modo a conduzi-la «ao estado de civilização» em que as outras se encontravam”.

Irene Vaquinhas – “A Evolução da Sociedade Portuguesa”, in *História de Portugal*, dir. de José Mattoso, vol. 5, Círculo de Leitores, Lisboa, p. 443.

3.1 Comente o texto, considerando a acção legislativa liberal tendente à criação de uma “nação moderna, civilizada”, bem como as suas consequências. [5 valores]

Grupo IV

“O liberalismo desconfia radicalmente do Estado e do poder, e todo o liberal subscreve a afirmação de que o poder é mau em si mesmo, a sua utilização perniciosa, e assim como é necessário adaptar-se-lhe, é também preciso reduzi-lo na medida do possível. O liberalismo rejeita portanto, sem reserva, todo o poder absoluto e, sendo a monarquia absoluta a forma ordinária de poder no início do século XIX, é contra ela que ele combate. (...)”

Para evitar o regresso ao absolutismo, a uma autoridade sem limite, o liberalismo propõe uma vasta gama de fórmulas institucionais (...).

Declarado ou escondido, o ideal do liberalismo é sempre o poder mais fraco possível e alguns não dissimulam que o melhor governo, quanto a eles, é o governo invisível, aquele cuja acção não se faz sentir. (...)

Ainda outra maneira de restringir o poder é limitar o seu campo de actividade e assim se explica a doutrina da não intervenção em matéria económica e social. O Estado deve deixar actuar livremente a iniciativa privada, individual ou colectiva, e a concorrência. É a concepção do chamado “Estado-guarda”, (...) um guarda que só intervém em caso de flagrante delito, digamos um Estado-guarda florestal. (...)

Desconfiança do Estado, desconfiança do poder, a desconfiança não é menor em relação aos grupos e corpos sociais, a tudo aquilo que ameace sufocar a iniciativa do indivíduo. (...) O liberalismo manifesta-se contra as autoridades intelectuais ou espirituais, (...).

Tendo em conta estas consequências e estas aplicações, o liberalismo aparece, no século XIX, como uma doutrina subversiva. De facto, é uma força verdadeiramente revolucionária, com um impulso que implica a rejeição das autoridades, que condena todas as instituições que sobreviveram à tempestade revolucionária ou foram repostas pela restauração e que é portador da destruição da ordem antiga”.

René Rémond, *Introdução à História do Nosso Tempo*, Gradiva, Lisboa, 1994, pp. 147-8.

4.1 Analise fundamentadamente as afirmações de René Rémond, atendendo ao papel do Estado liberal na vida política, social e económica. [5 valores]

Grupo V

Leia a seguinte notícia publicada no jornal leiriense *O Radical*, 20 de Abril de 1911, sob o título “Cartas de Lisboa”:

“Facto que decerto muito ha-de agitar a opinião publica, a lei da Separação da Igreja e do Estado que era anciosamente esperada. [...] Está terminada a chamada Semana Santa. Eu creio que foi igual às outras, mas como por este nome é conhecida, dou-lho para nos entendermos.

Que nos trouxe ela de notavel? Trouxe-nos mais uma vez pela desanimação e pouca comparencia de fieis às festas religiosas, a demonstração practica de que isto de padres e sacristias foi chão que já deu uvas...A humanidade no seu caminhar constante pela senda dos progressos, na sua aspiração ardente de atingir a almejada meta da perfeição social, vai desconfiando dos pretendidos beneficios de uma religião inventada pelos homens, vai descrendo das delicias de um problemático paraíso celeste, em troca das amarguras deste mundo, e das chamas de um inferno cheio de caldeiras de chumbo. [...]”

5. Contextualize as ocorrências relatadas e analise o texto:

5.1 Ao nível da política religiosa vigente. [2,5 valores]

5.2 Ao nível da mensagem/informação que o autor do artigo transmite aos leitores.

[2,5 valores]

Grupo VI

É-lhe apresentado o poema “**Pátria**”, de António Correia de Oliveira, datado de 1959. Sobre este poeta, o *Dicionário de Literatura* (vol.3, p.752) regista:

“A sua aproximação dos temas populares ditou-lhe, a par de conceitos, moralidades e glosas, uma idealização dos costumes campestres, que umas vezes se eleva a sínteses de grande beleza, outras roça pela vulgaridade.”

Da Pátria eu falo e canto. Ora a saudade
A esperança e a fé; ora a alegria e a dor,
O chão e a grei: soldado e cavador
Ou vela ao mar...Lareira e cristandade.

Lia-se à noite, em família,
Ao bom calor da borralha,
Punham-te a alma em fornalha
Certas passagens da Bíblia,
Ecos de alguma batalha.

Homem-Bom, bom português,
Bom cristão: eis o preceito
Para fazermos no mundo
Todo o bem que há-de ser feito.

6. Tomando em consideração o regime do Estado Novo:

6.1 Refira-se ao contexto cronológico em que é produzido o poema. [2,5 valores]

6.2 Analise o conteúdo do poema, à luz da ideologia dominante. [2,5 valores]